

28/02/2012

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 612.339 MATO GROSSO

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S)	: JURUENA EMPREENDIMENTOS DE COLONIZAÇÃO LTDA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: NATALINA MARTINS DOS SANTOS E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário. Desapropriação. Reforma agrária. Indenização. Juros compensatórios de 12% ao ano. Matéria pacificada e sumulada nesta Corte.

1. Os juros compensatórios em desapropriações devem ser fixados em 12% ao ano, conforme previsto na Súmula nº 618 desta Corte, não prevalecendo a redução prevista na Medida Provisória nº 1.577/97.

2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO DIAS TOFFOLI
Relator

28/02/2012

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 612.339 MATO GROSSO

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S)	: JURUENA EMPREENDIMENTOS DE COLONIZAÇÃO LTDA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: NATALINA MARTINS DOS SANTOS E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) interpõe tempestivo agravo regimental (fls. 2190 a 2205) contra decisão pela qual dei provimento ao recurso extraordinário (fls. 2180 a 2183), com a seguinte fundamentação:

“DECISÃO:

Vistos.

Juruena Empreendimentos de Colonização Ltda e outros interpõem recurso extraordinário, com fundamento na alínea a do permissivo constitucional, contra acórdão da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado:

‘ADMINISTRATIVO DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL JUROS COMPENSATÓRIOS PERCENTUAL COBERTURA FLORÍSTICA INDENIZAÇÃO EM SEPARADO IMPOSSIBILIDADE NÃO-DEMONSTRAÇÃO DE EXPLORAÇÃO ECONÔMICA ANTES DA DESAPROPRIAÇÃO.

1. Na hipótese dos autos, tendo ocorrido a imissão na posse em 20.11.1997, ou seja, durante a vigência da MP 1.577/97, aplica-se o percentual de 6% a.a., estabelecido em

RE 612.339 AGR / MT

seu art. 15-A, até a data da suspensão da eficácia da MP em 13.9.2001.

2. A cobertura vegetal e o solo que a abriga não se separam para fins de indenização, salvo se comprovado que vinha sendo explorada econômica e lícitamente pela expropriada, antes da desapropriação, hipótese completamente afastada, no caso dos autos, pelo Tribunal de origem.

Agravo regimental improvido' (fl. 2.084).

Interpostos embargos de declaração (fls. 2.088 a 2.100), foram rejeitados (fls. 2.114 a 2.120).

Alega o recorrente violação dos artigos 5º, inciso XXIV e 184, **caput**, da Constituição Federal, consubstanciada pela redução do percentual dos juros moratórios a incidir sobre o montante da indenização que lhe é devida.

Processado sem contrarrazões (fl. 2.147), o recurso extraordinário (fls. 2.123 a 2.139) foi admitido, na origem (fls. 2.149 a 2.150), subindo os autos a esta Suprema Corte.

Decido.

A Emenda Constitucional nº 45, de 30/12/04, que acrescentou o § 3º ao artigo 102 da Constituição Federal, criou a exigência da demonstração da existência de repercussão geral das questões constitucionais trazidas no recurso extraordinário.

A matéria foi regulamentada pela Lei nº 11.418/06, que introduziu os artigos 543-A e 543-B ao Código de Processo Civil, e o Supremo Tribunal Federal, através da Emenda Regimental nº 21/07, dispôs sobre as normas regimentais necessárias à sua execução.

Prevê o artigo 323 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, na redação da Emenda Regimental nº 21/07, que, quando não for o caso de inadmissibilidade do recurso extraordinário por outra razão, haverá o procedimento para avaliar a existência de repercussão geral na matéria objeto do recurso.

Esta Corte, com fundamento na mencionada legislação, quando do julgamento da Questão de Ordem no Agravo de

RE 612.339 AGR / MT

Instrumento nº 664.567/RS, Tribunal Pleno, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, firmou o entendimento de que os recursos extraordinários interpostos contra acórdãos publicados a partir de 3/5/07, data da publicação da Emenda Regimental nº 21/07, deverão demonstrar, em preliminar do recurso, a existência da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no apelo.

No caso em tela, o recurso extraordinário possui a referida preliminar e o apelo foi interposto contra acórdão publicado em 15/12/09 (folha 2.121), quando já era plenamente exigível a demonstração da repercussão geral.

Os artigos 543-A, § 3º, do Código de Processo Civil e 323, § 1º, **in fine**, do RISTF, na redação da Emenda Regimental nº 21/07, prevêm que haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante desta Corte, o que, efetivamente, ocorre no caso dos autos.

Com efeito, na sessão de 17 de outubro de 1984, o Plenário deste Supremo Tribunal Federal, editou a Súmula nº 618, que assim dispõe:

Na desapropriação, direta ou indireta, a taxa de juros compensatórios é de 12% (doze por cento) ao ano (DJ de 29/10/84).

No caso específico destes autos, a decisão atacada, tomando por base o fato de que a imissão da posse ocorreu no dia 20 de novembro de 1997, portanto, durante a vigência da MP nº 1.577/97, o percentual de juros compensatórios a ser aplicado deveria corresponder a 6%, até a data da suspensão de sua eficácia, ocorrida no dia 13 de setembro de 2001.

Vê-se portanto, que tal decisão determinou que a taxa de juros compensatórios seguisse o constante da referida Medida Provisória, até a suspensão de sua eficácia, ocorrida quando da apreciação da Medida Cautelar, nos autos da ADI nº 2.332/DF, pelo Plenário desta Suprema Corte.

Contudo, a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal aponta em sentido diverso, conforme se depreende da

RE 612.339 AGR / MT

ementa do seguinte acórdão:

‘Agravamento regimental em recurso extraordinário. 2. Desapropriação. Justa indenização. 3. Redução do montante indenizatório. Reexame de fatos e provas. Súmula 279. 4. Juros compensatórios. Pretensão do agravante de que a taxa de juros compensatórios seja alterada para o percentual de 6% ao ano, nos termos da MP 1577/97. 5. Inaplicabilidade da MP 1577/97 e reedições. Medida provisória não convertida em lei no trintídio constitucional. Perda de eficácia. 6. Taxa de juros compensatórios em desapropriações diretas ou indiretas é de 12% (doze por cento) ao ano. Inafastável a Súmula 618 do STF. 7. Agravamento regimental a que se nega provimento’ (RE nº 419.827-AgR/PB, Relator o Ministro **Gilmar Mendes**, Segunda Turma, Dje de 23/11/07).

De sua fundamentação, destaca-se o seguinte trecho:

Portanto, a MP nº 1.577/97, que fixou a taxa de juros compensatórios em 6% a.a., além de ter sido editada posteriormente ao ajuizamento da ação objeto deste recurso, não foi convertida em lei. Não se pode, portanto, a ela atribuir-lhe efeitos para alcançar a pretensão do agravante.

O entendimento jurisprudencial expresso na Súmula nº 618 deste Supremo Tribunal Federal antecede a MP nº 1.577/97, que não foi convertida em lei no trintídio constitucional e que, em consequência, perdeu sua eficácia. Inafastável, portanto, no presente caso, a Súmula 618 deste Supremo Tribunal Federal.

O acórdão recorrido divergiu dessa orientação, fato a ensejar sua reforma.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso extraordinário para, reformando o acórdão recorrido, fixar em 12% os juros compensatórios a incidir no caso em tela, da forma como estabelecida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Publique-se.

Brasília, 2 de junho de 2011.”

Asseverou o agravante que não ocorreu a alegada perda de eficácia

RE 612.339 AGR / MT

da Medida Provisória nº 1.577/97, em razão de sua não conversão em lei, pois essa foi sucessivamente reeditada, sendo certo que nesse sentido apontaria a jurisprudência desta Corte. Acrescentou, ainda, que o disposto nesse diploma legal não atenta contra o verbete da Súmula nº 618 do Supremo Tribunal Federal, pois seu comando permaneceu em vigor até ser suspenso pelo decidido nos autos da ADI nº 2.332, em respeito ao princípio “**tempus regit actum**”, o qual deve ser aplicado ao presente caso.

É o relatório.

28/02/2012

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 612.339 MATO GROSSO

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

O inconformismo não merece prosperar.

A decisão agravada consignou que o disposto na Súmula nº 618 desta Corte (incidência de juros compensatório de 12% ao ano em casos de desapropriação) deve prevalecer sobre o que dispunha a Medida Provisória nº 1577/97 sobre o tema (redução para o percentual de 6% ao ano), até porque essa não foi convertida em lei.

Não se ignora, da forma como asseverada pelo agravante, que esta Corte tem entendido não perder a eficácia o disposto em uma Medida Provisória não convertida em lei, desde que ocorra sua reedição, tal como ocorreu com aquela utilizada na fundamentação deste agravo.

Contudo, no caso presente, não foi simplesmente a não conversão em lei dessa Medida Provisória que ensejou o provimento do recurso extraordinário, mas, também, o fato de sua disposição acerca da redução do percentual dos juros moratórios em caso de desapropriação ter sido cautelarmente suspensa por esta Corte, nos autos da ADI nº 2.332/DF. Some-se a isso que essa alteração legislativa foi efetuada depois que a ação já havia sido proposta, e que tal redução violaria o disposto na aludida Súmula desta Corte, além de atentar contra o princípio da justa indenização.

Ressalte-se que a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, de forma uníssona, assim tem entendido, citando-se, para acompanhar o acórdão já referido na decisão atacada, os seguintes precedentes, todos proferidos em recursos interpostos pela mesma autarquia ora agravante:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO (LEI Nº 12.322/2010) - DECISÃO QUE SE AJUSTA À JURISPRUDÊNCIA PREVALECENTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - CONSEQÜENTE INVIABILIDADE DO RECURSO QUE A IMPUGNA - SUBSISTÊNCIA DOS

RE 612.339 AgR / MT

FUNDAMENTOS QUE DÃO SUPORTE À DECISÃO RECORRIDA - INCORPORAÇÃO, AO ACÓRDÃO, DAS RAZÕES EXPOSTAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MOTIVAÇÃO ‘PER RELATIONEM’ - LEGITIMIDADE JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DESSA TÉCNICA DE FUNDAMENTAÇÃO - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO” (ARE nº 646.862/RO-AgR, Relator o Ministro **Celso de Mello**, Segunda Turma, DJe de 14/2/12).

“CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESAPROPRIAÇÃO. REFORMA AGRÁRIA. JUSTA INDENIZAÇÃO. ARTIGOS 5º, XXIV, E 184 DA CF. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS MORATÓRIOS E COMPENSATÓRIOS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA STF 279. LEIS 8.629/93 E 8.177/91. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA. 1. Apreciação do recurso extraordinário que requer a análise de fatos e provas da causa (Súmula STF 279), além do reexame de legislação infraconstitucional (Leis 8.629/93 e 8.177/91), hipóteses inviáveis nesta via. 2. Agravo regimental a que se nega provimento” (AI nº 828.285/RN-AgR, Relatora a Ministra **Ellen Gracie**, Segunda Turma, DJe de 5/5/11).

“AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESAPROPRIAÇÃO. INDENIZAÇÃO. CONTROVÉRSIA DECIDIDA COM BASE NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 279 DO STF. JUROS COMPENSATÓRIOS. SÚMULA 618 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. Caso em que, para se chegar à conclusão pretendida pela parte agravante, se faz necessário o reexame do conjunto probatório dos autos, providência vedada pela Súmula 279 desta colenda Corte. 2. Quanto ao cabimento de juros compensatórios, no percentual

RE 612.339 AGR / MT

de 12% ao ano, é de ser mantido o entendimento consolidado na Súmula 618 desta colenda Corte. 3. Agravo regimental desprovido” (AI nº 612.011/TO-AgR, Relator o Ministro **Ayres Britto**, Primeira Turma, DJe de 16/10/09).

Correta, pois, a decisão agravada, a não merecer reparos.
Ante o exposto, voto pelo não provimento do agravo regimental.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 612.339

PROCED. : MATO GROSSO

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

AGTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

AGDO.(A/S) : JURUENA EMPREENDIMENTOS DE COLONIZAÇÃO LTDA E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : NATALINA MARTINS DOS SANTOS E OUTRO(A/S)

INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. 1ª Turma, 28.2.2012.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Rosa Weber.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Coordenadora